



TERMO DE REFERÊNCIA

Requerimento Nº: 000169 / 2024 - 06/06/2024

Local/Setor: 17000000 - SEC. MUNIC. TRANSP. TRANS. SEG. PUBLICA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição através de Dispensa de Licitação (art. 75 – inciso II da Lei 14.133/2021) de *empresas especializadas para serviço de almoço e jantar*, para 12 profissionais da Guarda Municipal de Vila Velha, responsáveis por ministrar o Curso de Formação dos Guardas Civis Municipal de Colatina/ES, onde as aulas vão ser ministradas em parte na UNICB– Centro Universitário Castelo Branco, localizado na Av. Brasil, 1303 – Maria das Graças, Colatina – ES, 29705–011 e no Clube de Tiro de Colatina, localizado na Rodovia ES 446 KM 02, 68 – Luiz Iglésias

29707–363 – Colatina/ES , devendo ser contratado 720 refeições com bebida (refrigerante lata ou copo de suco) servidas de segunda a sexta do dia 1º julho ao dia 20 de setembro de 2024 para o almoço, bem como 576 refeições com bebida (refrigerante lata ou copo de suco) para o jantar de segunda a quinta feira do dia 1º de julho ao dia 19 de setembro de 2024.

Os instrutores deve se deslocar para o local da refeição.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se A Guarda Municipal de Vila Velha tem desenvolvido ao longo dos anos o desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus agentes por meio de sua Coordenação de Ensino, tendo recentemente instituído a **Academia de Ensino da GMVV**, por meio da **Lei 6.561/2021**, demonstrando assim ser a Guarda Municipal mais preparada no Espírito Santo para formação de Guardas Municipais. No artigo 2º § 2º a Lei **6.561/2021** **existe a** previsão da Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito, poder firmar convênios ou termo de cooperação com outros órgãos para que a Academia da Guarda Municipal de Vila Velha promova a formação, instrução, ensino e aperfeiçoamento de Guardas Municipais de outros Órgãos/Entes. A Prefeitura de Colatina, buscando a melhor formação de seus Agentes, decidiu por competir a aplicação do decantado curso de formação aos agentes da Guarda Municipal de Colatina, aprovados por meio de concurso público. No êxito da parceria, bem como as necessidades de **contratação de empresas**



TERMO DE REFERÊNCIA

Requerimento Nº: 000169 / 2024 - 06/06/2024

Local/Setor: 17000000 - SEC. MUNIC. TRANSP. TRANS. SEG. PUBLICA

da Academia Guarda municipal de Vila Velha e ficaram alocados no nosso município.

A aquisição das refeições será através de dispensa de licitação, posto que conforme orçamentos anexos, o valor estimado da contratação encontra-se dentro das condições previstas no inciso II, art. 75 da Lei 14.133/2021, devendo ser contratado 720 refeições com bebida (refrigerante lata ou copo de suco) servidas de segunda a sexta do dia 1º julho ao dia 20 de setembro de 2024 para o almoço, bem como 576 refeições com bebida (refrigerante lata ou copo de suco) para o jantar de segunda a quinta feira do dia 1º de julho ao dia 19 de setembro de 2024 .

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A aquisição da alimentação descrita, atenderá a SEMTRAN, no que diz respeito à a necessidade de fornecer alimentação aos instrutores que vão ministrar o curso em nosso município, a partir de junho de 2024.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Almoço

720 refeições acompanhados com bebida (refrigerante lata ou copo de suco)

4.2. Jantar

576 refeições com bebida (refrigerante lata ou copo de suco)

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As refeições adquiridas deverão ser entregues a quantidade e necessidade da SEMTRAN, que deverá encaminhar um cronograma conforme o dia da necessidade e quantidade, após a emissão da autorização de fornecimento ao fornecedor.

As refeições no total de 720 refeições com bebida (refrigerante lata ou copo de suco) deverão ser servidas de segunda a sexta do dia 1º julho ao dia 20 de setembro de 2024 para o almoço, bem como 576 refeições com bebida (refrigerante lata ou copo de suco) para o jantar de segunda a quinta feira do dia 1º de julho ao dia 19 de setembro de 2024 .

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O processo de aquisição será acompanhado pela servidora GCM Regina Ramos Soares Stefenoni, através do contato 27-3721-8014. , desde a abertura até o momento do pagamento.



TERMO DE REFERÊNCIA

Requerimento Nº: 000169 / 2024 - 06/06/2024

Local/Setor: 17000000 - SEC. MUNIC. TRANSP. TRANS. SEG. PUBLICA

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Forma de Pagamento

O Município pagará pelos materiais recebidos o valor unitário, conforme discriminado na proposta.

Para tanto, além da Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar para fins de pagamento os seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade referentes a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União unificando as Contribuições Previdenciárias;
- b) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c) Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual - Estado Sede da empresa licitante;
- d) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal - Município Sede da empresa licitante;
- e) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal de Colatina; e
- f) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

7.2. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a respectiva apresentação, respeitada a ordem cronológica de pagamentos.

7.3. Os pagamentos ocorrerão preferencialmente através de Ordem Bancária e diante de sua impossibilidade será efetuado um depósito bancário através de transferência eletrônica (TED), ficando a Contratada obrigada a indicar a Conta-Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

7.4. Quando devido, as notas fiscais deverão ser emitidas na forma eletrônica, conforme legislação vigente e encaminhadas em formato "xml", para o seguinte endereço eletrônico: nfe@colatina.es.gov.br <mailto:nfe@colatina.es.gov.br>

7.5. Ocorrendo erros na apresentação das Notas Fiscais ou nos documentos relativos às obrigações fiscais/trabalhistas, será solicitada a Contratada providências para retificação, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da regularização da pendência.

7.6. A Nota Fiscal deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de Credenciamento e acolhidos nos documentos da fase de Habilitação.

7.7. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no certame, deverá ser comunicado ao Município de Colatina, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

7.8. Para a efetivação do pagamento a Contratada deverá manter as condições previstas no edital no que concerne a proposta de preço e a habilitação.

7.9. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado de Imposto de Renda quando Pessoa Jurídica



TERMO DE REFERÊNCIA

Requerimento Nº: 000169 / 2024 - 06/06/2024

Local/Setor: 17000000 - SEC. MUNIC. TRANSP. TRANS. SEG. PUBLICA

7.10. Ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, ocorrerá a retenção do Imposto de Renda - IR, em observância ao disposto no Decreto Municipal n. 28.521, de 25 de agosto de 2023, bem como em observância o disposto na Instrução Normativa nº 1.234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.

7.11. Não se aplica a retenção de imposto de renda prevista no Decreto Municipal n. 28.521/2023 aos optantes do Simples Nacional, incluindo-se os Microempreendedores Individuais - MEI, na forma da Instrução Normativa nº 765 da Receita Federal do Brasil, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de imposto de renda conforme o art. 4º da Instrução Normativa 1.234/2012.

7.12. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais, faturas ou quaisquer outros documentos de cobrança com o destaque do IR na Fonte, tendo como base as alíquotas constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 1.234/2012. Caso não o faça, os agentes responsáveis pelo aceite, pela liquidação e pelo pagamento da despesa efetuarão a retenção do Imposto de Renda na Fonte independentemente, nos termos do art. 3º do Decreto Municipal n. 28.521/2023 e no § 5º do art. 2º da IN 1234/2012.

Imposto de Renda quando Pessoa Física

7.13. Ao efetuar pagamento a pessoa física, a retenção de Imposto de Renda seguirá a tabela de progressiva de incidências e deduções.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, tendo como base a hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75 - inciso II da Lei 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

8.2. DAS HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021):

8.2.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



TERMO DE REFERÊNCIA

Requerimento Nº: 000169 / 2024 - 06/06/2024

Local/Setor: 17000000 - SEC. MUNIC. TRANSP. TRANS. SEG. PUBLICA

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor
Total					
01	Almoço *1 opção de carnes: boi, frango, peixe; *1 opção de arroz ou macarrão. *Salada fria e cozida; *farofa; *1 opção feijão em caldo ou tropeiro; *1 suco ou refrigente. Prato executivo			720	R\$ 43,00
					R\$ 30.960,00
02	Jantar *1 opção de carnes: boi, frango, peixe; *1 opção de arroz ou macarrão. *Salada fria e cozida; *farofa; *1 opção feijão em caldo ou tropeiro; *1 suco ou refrigente.. Prato executivo			576	R\$ 43,00
					R\$ 24.768,00
Total Estimado:				R\$ 55.728,00	

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão às custas da dotação orçamentária da SEMEL, conforme detalhamento abaixo:

Elemento de Despesa: 33903900000

Ficha: 665

Fonte: 250000000001

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



TERMO DE REFERÊNCIA

Requerimento Nº: 000169 / 2024 - 06/06/2024

Local/Setor: 17000000 - SEC. MUNIC. TRANSP. TRANS. SEG. PUBLICA

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para a dispensa;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a dispensa ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste procedimento de dispensa.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Multa não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155



TERMO DE REFERÊNCIA

Requerimento Nº: 000169 / 2024 - 06/06/2024

Local/Setor: 17000000 - SEC. MUNIC. TRANSP. TRANS. SEG. PUBLICA

da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de



PREFEITURA DE COLATINA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

Requerimento Nº: 000169 / 2024 - 06/06/2024

Local/Setor: 17000000 - SEC. MUNIC. TRANSP. TRANS. SEG. PUBLICA

licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei n.º 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

11.11.O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas

Assinatura do Secretário

Assinatura do Gestor do Processo